



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021062801-CMS
CARTA CONVITE N.º 001/2021-CMS

A **Câmara Municipal de Salinópolis**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.855.318/0001-05, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 007/2021, de 04 de janeiro de 2021, publicada no mural de avisos da Câmara Municipal na mesma data, de acordo com o disposto na Lei Federal 8.666/93 e alterações da Lei 8.883/94, Lei complementar 123/06, Lei complementar 147/14, Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2019 e demais legislações pertinentes, convida as empresas interessadas, para participarem da licitação na modalidade **CONVITE, em regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço**, visando à **Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para reforma da Câmara Municipal de Salinópolis**, mediante as condições estabelecidas neste Convite e em seus Anexos e em conformidade com os autos do Processo Administrativo nº 2021062801.

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

DIA: 13/07/2021

HORA: 10:00 h

LOCAL: Prédio Sede da Câmara Municipal de Salinópolis, no Plenário onde funciona Comissão Permanente de Licitações.

ENDEREÇO: Av. Beira Mar, nº 1117, Centro, CEP: 68.721-000, Salinópolis-PA.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para reforma da Câmara Municipal de Salinópolis. Conforme Projeto Básico, Anexo I, deste Edital.

São partes integrantes deste Convite os seguintes Anexos:

ANEXO I – Projeto Básico (Planta Baixa; Memorial Descritivo/Especificação Técnicas; Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro).

ANEXO II – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos

ANEXO III – Declaração de cumprimento do dispositivo constitucional Inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal.

ANEXO IV – Minuta de Contrato

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesa com a execução do objeto desta licitação estão disponíveis na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO

01 – Câmara Municipal de Salinópolis



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	0101- Câmara Municipal de Salinópolis
PROGRAMA	01 031 0001 1.001-Construção, Reforma e Ampliação da Câmara Municipal
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00-Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante ou seu representante legal deverá credenciar-se, no dia, local e horário já previsto no preâmbulo, junto à Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, antes da abertura dos envelopes **Documentação** e **Proposta**, documento de identidade oficial e documento credencial.

3.2. Entende-se por documento credencial:

3.2.1. Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante.

3.2.2. Procuração ou declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação.

3.3. Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciado pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente devidamente reconhecido em cartório competente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à **Documentação** ou à **Proposta**.

3.3.1. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

3.3.2. A falta de credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.

4. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1. No dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Convite, cada licitante ou seu representante legal deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, os envelopes de **Documentação** e **Proposta**, em envelopes separados, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CONVITE Nº XXX/2021
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CONVITE Nº XXX/2021
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

5. DA PARTICIPAÇÃO



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as seguintes exigências:

5.1.1. Toda e qualquer empresa que demonstre condições técnicas para a realização dos serviços objeto deste certame, devendo constar no seu objeto tal especialidade, bem como atender todas as exigências legais e condições estabelecidas neste ato convocatório.

5.1.2. O Certificado do Registro Cadastral (CRC), não impedirá a participação neste certame de licitante não cadastrada na CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS e que poderá ser obtido em até 24 horas antes da data do recebimento das propostas;

5.1.3. Atenderem as demais exigências deste **Convite** e de seus **Anexos**.

5.2. Não poderão concorrer neste Convite:

5.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

5.2.2. Empresas que tenham sido suspensas ou suspensas temporariamente de contratar com a Administração Pública ou com a CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS.

5.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2.4. Empresas que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.5. Empresas que não contiverem em seu contrato social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Convite.

5.2.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.2.7 o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.8 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

5.2.9 servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

[...]

6. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

6.1. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

6.1.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Convite, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS para o **Credenciamento** e recebimento dos Envelopes de **Documentação e Proposta**.

6.2. Após a Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima indicados, não serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de Habilitação e às Propostas.

6.3. Primeira Fase (Habilitação): Consistirá na abertura dos ENVELOPES N° 1, contendo a documentação de Habilitação, que será conferida e rubricada pela Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS e pelos licitantes presentes.

6.4. A análise e o julgamento da Habilitação serão realizados pela Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, na própria Sessão Pública.

6.5. O resultado da Habilitação na sessão de abertura dos ENVELOPES n° 1 será divulgado imediatamente e, havendo renúncia expressa de todas as licitantes em interpor recurso, será iniciada a Segunda Fase, com a abertura das Propostas de Preços (ENVELOPES n° 2). Caso contrário, a Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS suspenderá os trabalhos pelo prazo devido de uma eventual interposição de recurso.

6.6. Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os licitantes habilitados serão notificados, via e-mail, a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participarem da fase de abertura dos envelopes de proposta de preços, (ENVELOPE N° 2).

6.7. Segunda Fase (Propostas de Preços): Ocorrerá em Sessão pública na qual serão abertas as Propostas de Preços, que serão lidas em voz alta, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, e cujas folhas serão rubricadas pela Comissão e pelos licitantes presentes.

6.8. O resultado da Segunda Fase será divulgado na própria sessão de abertura dos ENVELOPES n° 2 e, havendo renúncia expressa de todas as licitantes em interpor recurso, será declarado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS o Licitante vencedor.

6.9. Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os licitantes serão informados, via e-mail, do resultado final da licitação.

6.10. Encerrados os trabalhos, de todas as fases do procedimento licitatório, lavrar-se-á ATA circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS e pelos licitantes presentes.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

6.11. Ultrapassada a fase de Habilitação das licitantes e abertas a proposta de preços não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

6.12. Após a fase de Habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS.

6.13. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de interessada retardatária, exceto como ouvinte.

6.14. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

6.15. É facultada à Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS ou à Autoridade Superior, em qualquer fase deste CONVITE, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informações que deveriam constar originalmente da documentação e das propostas.

7. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

7.1. Os documentos de Habilitação para a participação neste Convite deverão ser entregues dentro do ENVELOPE Nº 1, conforme determinado no Item 4 do presente instrumento convocatório, e compreendem:

7.1.1. Comprovação quanto à Qualificação Jurídica. (Art. 28 da Lei nº 8.666/93):

7.1.1.1. Cédula de Identidade;

7.1.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual,

7.1.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. Comprovação quanto à qualificação fiscal e trabalhista. (Art. 29 da Lei nº 8.666/93):

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Federal - Relativa à Receita Federal através de certidão conjunta de Dívida de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União incluído as Contribuições Previdenciárias;



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

Estadual - Relativa à Fazenda Estadual, de natureza Tributária e não Tributária;

Municipal - Relativa à Fazenda Municipal;

7.1.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.1.2.4. Regularidade Trabalhista comprovada através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.3. Comprovação quanto à qualificação técnica: (art. 30 da Lei nº 8.666/93):

7.1.3.1. Apresentar comprovante de que a Empresa bem como seu corpo técnico esteja regularmente em dias com o órgão fiscal responsável por seu ramo de atividade (quitação com o CREA);

7.1.3.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

7.1.4. Relativos à qualificação econômico-financeira: (art. 31 da Lei nº 8.666/93):

7.1.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.

7.1.4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações).

7.1.4.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco), cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.1.4.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem "7.1.4.5.1", implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura ou revogar a licitação.

7.1.5. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98, nos termos do modelo constante do Anexo VI deste Convite.

7.1.6. Declaração de que a empresa não utiliza, em seu Quadro de Pessoal, mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1988, na Lei nº 9.854, de 27/10/99,



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/02, nos termos do modelo constante do Anexo VII deste Convite.

7.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência pela Comissão Permanente de Licitação.

7.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos na presente Convite e em seus Anexos.

7.4. A não apresentação de quaisquer documentos exigidos para a habilitação implicará na automática inabilitação da licitante.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 2

8.1. A proposta de preços deverá estar impressa em 01 (uma) via, em papel timbrado do licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, e, ainda conter os seguintes elementos:

8.1.1 Razão social, o CNPJ, e endereço completo, o número do telefone e do fac-símile, endereço eletrônico, e-mail (se houver) bem como o número da conta corrente, o nome do banco e respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

8.1.2. Preço global em reais (R\$). Havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Presidente da CPL proceder às correções necessárias.

8.1.3. Prazo para a execução do serviço em conformidade com aqueles fixados no Projeto Básico, Anexo I deste ato convocatório.

8.1.4. A empresa deverá indicar na proposta o prazo de garantia dos serviços executados no mínimo de 10 anos, assim como emitir certificado de garantia no prazo indicado na proposta ao final da execução do objeto ora licitado.

8.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão pública.

8.1.6. Indicação expressa de que nos preços apresentados estão inclusos todos os custos e despesas necessárias à plena execução do objeto da contratação, tais como: impostos, taxas e encargos devidos, bem como, quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes na prestação do serviço. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que no preço proposto estão incluídos todos os elementos de sua composição anteriormente mencionados.

8.1.7. Indicação expressa de que tem pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que a licitante tem plena ciência dessas condições, bem como das normas técnicas e legislação que tratam da matéria.

8.1.8. Uma vez abertas as propostas não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

8.1.9. Não serão consideradas as propostas apresentadas por consórcios ou grupos de empresas, bem como aquelas que não obedecerem às condições do presente Convite.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que conforme dispõe os incisos I e II do art. 48 da Lei nº 8.666/93:

8.2.1. Apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através da documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

8.2.2. Não atenderem às exigências contidas neste Convite.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Para finalidade de julgamento das propostas, a presente licitação é do tipo **menor preço, global**.

9.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido ao disposto na Lei, a decisão será por SORTEIO em ato público para o qual todas os licitantes serão convocadas.

9.2.1. No caso de empate entre microempresa e empresa de pequeno porte, como critério de desempate será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS poderá, até a assinatura do contrato, desclassificar proposta, sem direito de indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, na ocorrência de qualquer fato ou circunstância desabonadora, anteriores ou posteriores ao julgamento da licitação.

9.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação e (ou) de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

10. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Até o terceiro dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, todo licitante é parte legítima para impugnar o presente Convite por irregularidade, devendo a impugnação ser protocolada, das 8h às 12h, no protocolo geral da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, situada à Av. Beira Mar, nº 1117, Centro, CEP: 68.721-000, Salinópolis-PA.

10.2. Eventuais recursos referentes a atos da Administração poderão ser interpostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o conhecimento da decisão correspondente (lavratura da ata da sessão pública), em petição escrita dirigida à Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS e protocolada no endereço mencionado no subitem acima.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

10.3. Interposto o recurso, a Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS comunicará aos licitantes, através de e-mail, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação, sob pena de preclusão.

10.4. Não serão considerados os recursos entregues por fax, ou fora do local, data e hora estabelecidos neste Convite.

10.5. Serão franqueadas aos interessados, desde a data da publicação deste Convite, vistas ao processo administrativo.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

11.1. O objeto da presente licitação será adjudicado à licitante cuja proposta houver sido classificada em primeiro lugar, sendo o resultado da licitação homologado pela CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS e realizada divulgação mediante publicação no MURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS.

11.1.1. A adjudicação do objeto da presente licitação será feita a uma única empresa.

11.2. A adjudicatária, cuja convocação por escrito e protocolada se dará dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da decisão definitiva do julgamento, deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias após convocada, para assinatura do contrato.

11.3. O prazo para retirar o contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS.

11.4. A recusa injusta da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital.

11.5. Expirado o prazo fixado para assinatura do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente ato convocatório, ou revogar a licitação.

11.6. Os licitantes convocados na hipótese prevista no subitem anterior não ficarão sujeitos às penalidades em caso de não aceitação das condições ali indicadas.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas neste Convite, será firmado com o licitante adjudicatário para prestação dos serviços objeto desta licitação e terá a vigência até 31 de dezembro, a contar da sua assinatura.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. A **Câmara Municipal de Salinópolis** efetuará o pagamento à contratada mediante apresentação dos boletins de medições que deverão ser atestados e aprovados pela fiscal do contrato.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

13.2. O pagamento através de Transferência Bancária entre contas e só poderá ser liberado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Recibo relativo aos serviços efetivamente executados, que deverão vir acompanhados dos relatórios de fiscalização contendo as informações sobre a qualidade do desempenho da contratada (satisfatório/insatisfatório), aos quais deverá ser anexado o Relatório de medição Mensal dos Serviços Realizados na Obra, em cumprimento as exigências do Setor Financeiro.

13.3. O pagamento será efetuado mediante comprovações de quitação de encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, devendo as certidões apresentadas, estarem devidamente atualizadas.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Nas hipóteses de descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, a CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, poderá garantir ampla defesa, aplicar segundo a gravidade da falta, as seguintes sanções administrativas:

14.1.1. Advertência por escrito.

14.1.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), ao dia calculado sobre o valor da parcela não cumprida do contrato, considerando a data da notificação, até que seja sanada a irregularidade, ou ainda, na hipótese da adjudicatária deixar de firmar o contrato dentro do prazo estabelecido no Item 11, subitem 11.2, deste Convite.

14.1.3. Multa de 10%, calculada sobre o valor do contrato, quando decorridos 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações, ou pelo não atendimento à convocação para assinatura do contrato.

14.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Câmara Municipal de Salinópolis poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros.

15.2. Somente terão validade para efeitos de elaboração da documentação e proposta as solicitações de esclarecimento feitas por escrito, sob a forma de circular dirigida a todos os licitantes assim como também só terão validade os recursos e impugnação da mesma forma expressa.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884


15.3. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo cumprimento dos trabalhos, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços executados.

15.4. Os casos omissos neste Edital e as dúvidas suscitadas serão esclarecidas pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com as normas da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

15.5. Fica estabelecida a comarca do município de Salinópolis, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente licitação.

15.6. Este Edital e seus anexos se encontram a disposição dos interessados no Palácio Açaí, prédio da Câmara Municipal de Salinópolis, Sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Salinópolis/PA, 05 de julho de 2021.


Maria Lúcia Gaia da Costa
Comissão de Licitação
Presidente



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021062801-CMS

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

PLANTA BAIXA



ESTADO DO PARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

CNPJ 04.855.318/0001-05

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

1. INTRODUÇÃO

O projeto destina-se à orientação para reforma da Câmara Municipal de Salinópolis.

2. PISO

a. Demolição de revestimento cerâmico

Retirada de piso cerâmico, sem reaproveitamento de material. Com manutenção da camada de regularização.

a. Demolição de elemento de divisória (guarda corpo)

A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais.

Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição definida no projeto e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes.

A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da contratada todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

b. Instalação de porcelanato

Serão assentadas placas de porcelanato a seco com argamassa colante industrializada. A contratada deverá fazer pré-seleção dos pisos que atendam as especificações de resistência a abrasão superficial (PEI) 5; resistência a manchas=>3; carga de ruptura (N): =>1100.

O revestimento será assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante tipo AC-II específica para o material utilizado.

A largura mínima para as juntas entre as peças deve seguir as orientações do fabricante do porcelanato, empregando-se, se necessário, espaçadores deformáveis previamente gabaritados. Recomenda-se que o controle de alinhamento, das juntas, seja feito sistematicamente, com auxílio de linhas esticadas longitudinalmente e transversalmente.

Após 48 horas deverá ser feito rejuntamento com argamassa pré-fabricada.

3. PINTURA

a. Emassamento

Serão feitos reparos pontuais nas paredes com massa acrílica, aplicada sucessivamente em camadas finas, até se obter o nivelamento desejado, aguardando um período de secagem de 4 horas entre cada camada.

A massa deve ser aplicada diretamente e na consistência original do produto. As camadas devem ser lixadas com lixa grana 150 à 180, fazendo com que a base fique perfeitamente lisa.

b. Pintura

Será evitada a aplicação prematura de tinta em substratos com cura insuficiente, pois a umidade e alcalinidade elevada acarretam danos à pintura.

As tintas serão aplicadas sobre substrato isento de óleo, graxa, fungos, algas, bolor, eflorescências e materiais soltos. Nos ambientes externos, as pinturas não serão efetuadas nas ocasiões de ocorrência de chuvas e ocorrência de ventos fortes com transporte de partículas em suspensão no ar. Nos ambientes internos, as pinturas serão realizadas em condições de clima que permitam manter abertas as portas e basculante.

Será aplicado Fundo Selador Acrílico Pigmentado, aguardando um período de secagem conforme indicado pelo o fabricante. Caso necessário, será aplicada uma segunda demão para que obtenha uma uniformidade melhor.

Para corrigir imperfeições, serão aplicadas camadas finas de massa corrida com a desempenadeira. Após período de secagem, deverá ocorrer o lixamento e eliminação da poeira com pano até deixar a superfície lisa e nivelada.

A tinta acrílica deverá ser aplicada com um rolo de lã de carneiro na cor de preferência da fiscalização, respeitando o tempo de intervalo entre demãos de cada fabricante especificado no produto

4. VIDRO

a. Guarda Corpo

A fabricação e instalação dos guarda-corpos e corrimãos devem respeitar as especificações das normas NBR 9050/2015, NBR 9077/2001 e NBR 14718/2008. A estrutura do guarda-corpo será feita com montantes verticais espaçados a no máximo 90 cm (dependendo das condições do local), produzidos com tubos de 2" de diâmetro, 3,00 mm de espessura, com massa de 4,45 kg por metro

Acima dos montantes verticais será soldado os montantes horizontas produzidos com tubos de 2" de diâmetro, 3,00 mm de espessura e com massa de 4,45kg. Para fechamento da espaçamento serão instalados panos de vidro temperado 8mm.

a. Esquadrias

As portas serão de abrir, de vidro temperado 10mm, liso e com puxador metálico. As dimensões de portas e janelas da obra, deverão atender as dimensões especificadas no projeto arquitetônico. As fechaduras das portas externas serão com cilindro, as janelas receberão comando de abertura tipo alavanca de alumínio.

5. GRANITO

Será empregado soleira de granito polido entre os desníveis de piso conforme especificado no projeto arquitetônico.

6. REVISÃO REDE HIDROSSANITÁRIA

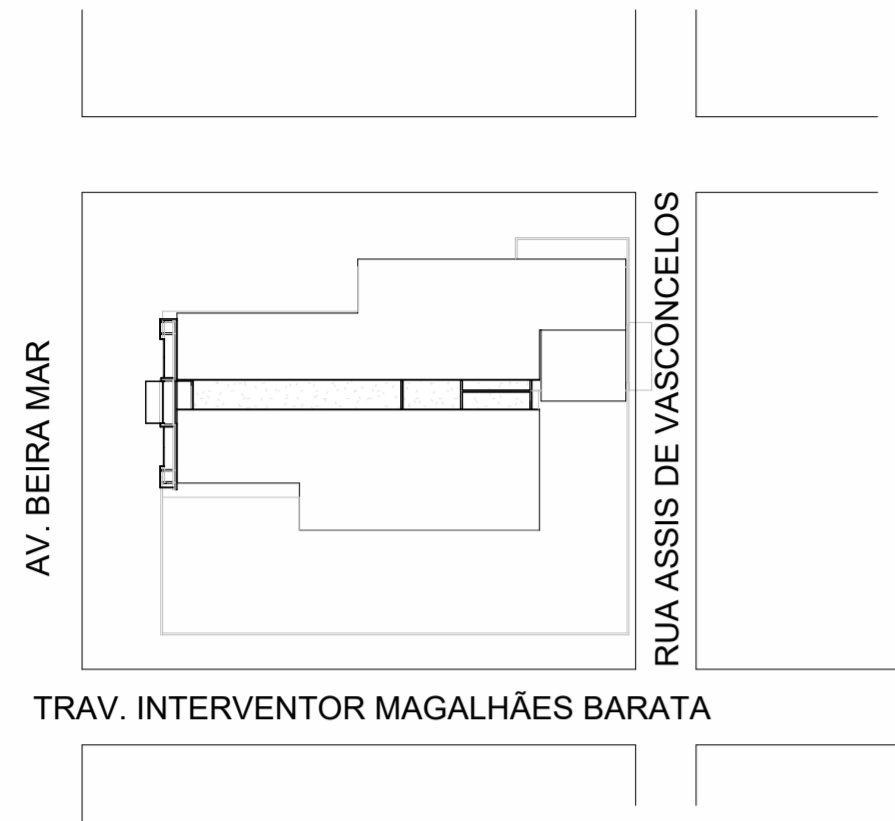
Executar revisão da rede hidrossanitária, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos ligados a rede. Serão executados reparos em pontos de infiltração.

Recomendações

- Evitar entupimentos e permitir fácil desobstrução quando necessária
- Não permitir infiltrações na estrutura e na alvenaria.
- Substituição de peças danificadas ou que comprometam o funcionamento da rede hidrossanitária

7. REVISÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Serão executados reparos em toda rede elétrica, com substituição de pontos de luz e/ou força que apresentem funcionamento inadequado. Toda a execução deve obedecer aos procedimentos e normas técnicas, e os serviços de instalações elétricas, deverão ser executados por mão de obra, com experiência e ferramental em conformidade com a NR-10.

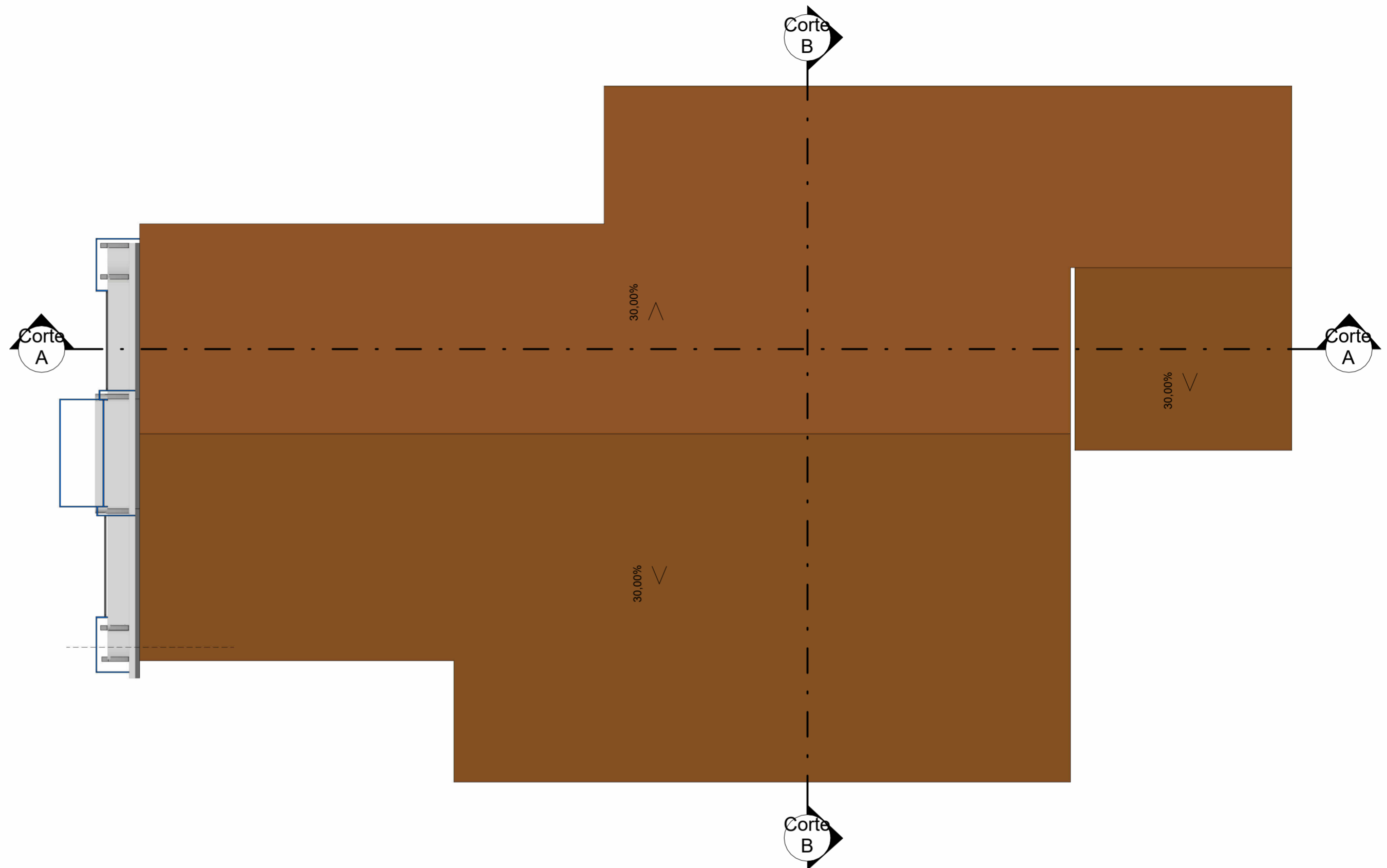


1 PLANTA DE SITUAÇÃO
Escala: 1 : 500

QUADRO DE AMBIENTES			
NOME	ÁREA	PERÍMETRO	PÉ DIREITO
PLANTA BAIXA - TÉRREO			
Garagem	38,37 m ²	28,94 m	2,44 m
Plenário	144,62 m ²	53,52 m	2,44 m
Sala 01	9,00 m ²	12,00 m	2,44 m
Sala 02	8,94 m ²	11,96 m	2,44 m
Sala 03	11,46 m ²	13,64 m	2,44 m
Sala 04	21,46 m ²	18,54 m	2,44 m
Sala 06	16,09 m ²	16,14 m	2,44 m
Sala 05	12,84 m ²	14,36 m	2,44 m
Sala 07	12,76 m ²	14,32 m	2,44 m
Copa	26,29 m ²	25,78 m	2,44 m
Almoxarifado	5,16 m ²	10,34 m	2,44 m
Cozinha	15,35 m ²	15,80 m	2,44 m
Ban. Masculino	9,60 m ²	13,90 m	2,44 m
Ban. Feminino	9,15 m ²	13,80 m	2,44 m

QUADRO DE PORTAS				
CÓD	QNTD	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
P1	3	0,70	2,10	
P2	1	3,80	2,40	
P3	4	0,70	2,00	
P4	1	3,80	1,50	
P4	1	2,00	2,10	
P5	12	0,80	2,10	

QUADRO DE JANELAS					
CÓD	QNTD	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	DESCRIÇÃO
J1	5	2,00	1,20	0,80	
J2	3	1,00	0,50	1,80	



2 PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTURA
Escala: 1 : 100

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

PRANCHA: SITUAÇÃO, LOCAÇÃO E COBERTURA

NÚMERO DA FOLHA:
01 /04

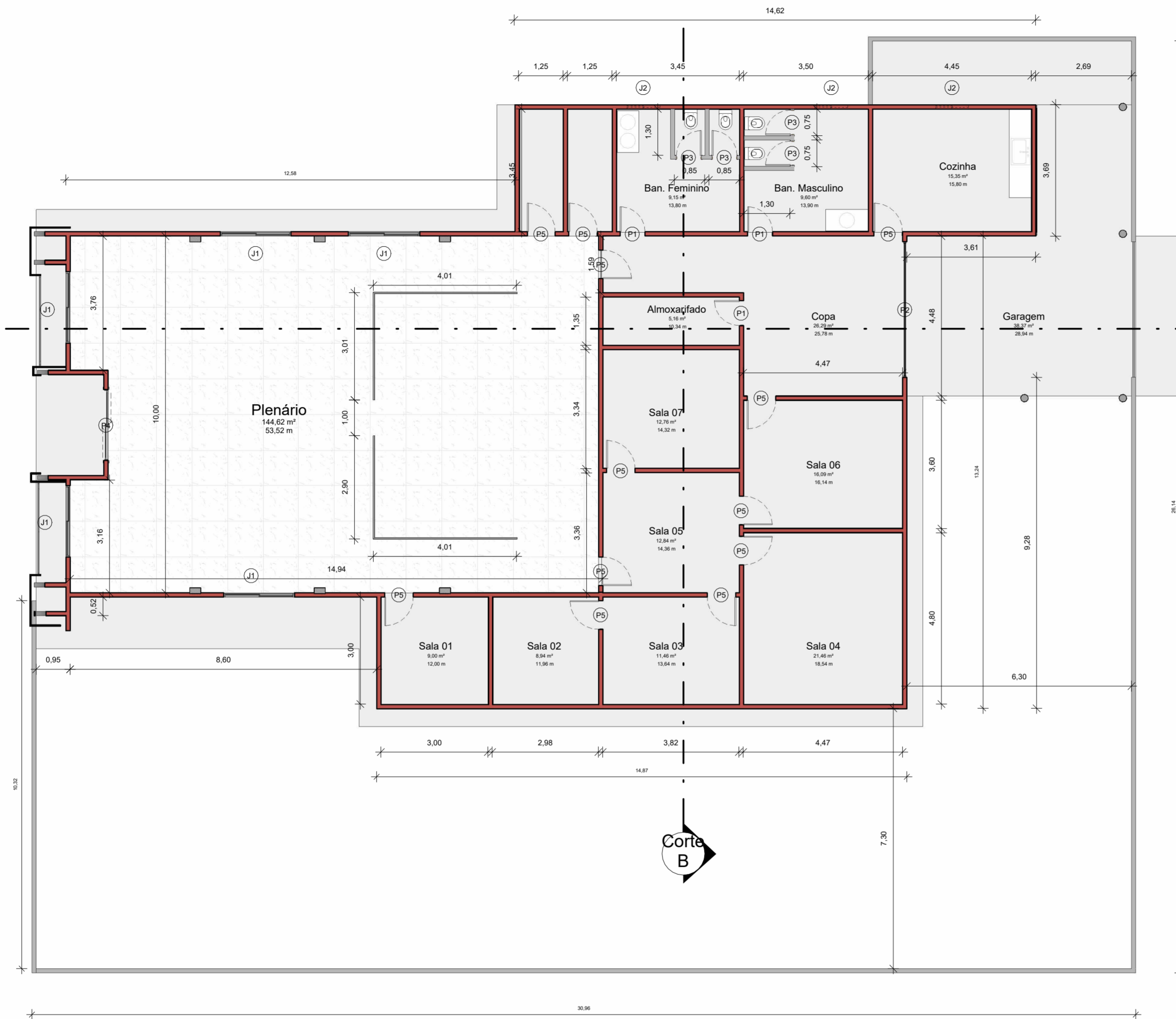


ESCALA:
Como indicado

DATA:
Junho/2021

ÁREA DO TERRENO : _____ 773,44 m²
ÁREA DO PAVIMENTO TÉRREO : _____ 377,72 m²

PROPRIETÁRIO:




QUADRO DE AMBIENTES			
NOME	ÁREA	PERÍMETRO	PÉ DIREITO
PLANTA BAIXA - TÉRREO			
Garagem	38,37 m ²	28,94 m	2,44 m
Plenário	144,62 m ²	53,52 m	2,44 m
Sala 01	9,00 m ²	12,00 m	2,44 m
Sala 02	8,94 m ²	11,96 m	2,44 m
Sala 03	11,46 m ²	13,64 m	2,44 m
Sala 04	21,46 m ²	18,54 m	2,44 m
Sala 06	16,09 m ²	16,14 m	2,44 m
Sala 05	12,84 m ²	14,36 m	2,44 m
Sala 07	12,76 m ²	14,32 m	2,44 m
Copa	26,29 m ²	25,78 m	2,44 m
Almoxarifado	5,16 m ²	10,34 m	2,44 m
Cozinha	15,35 m ²	15,80 m	2,44 m
Ban. Masculino	9,60 m ²	13,90 m	2,44 m
Ban. Feminino	9,15 m ²	13,80 m	2,44 m

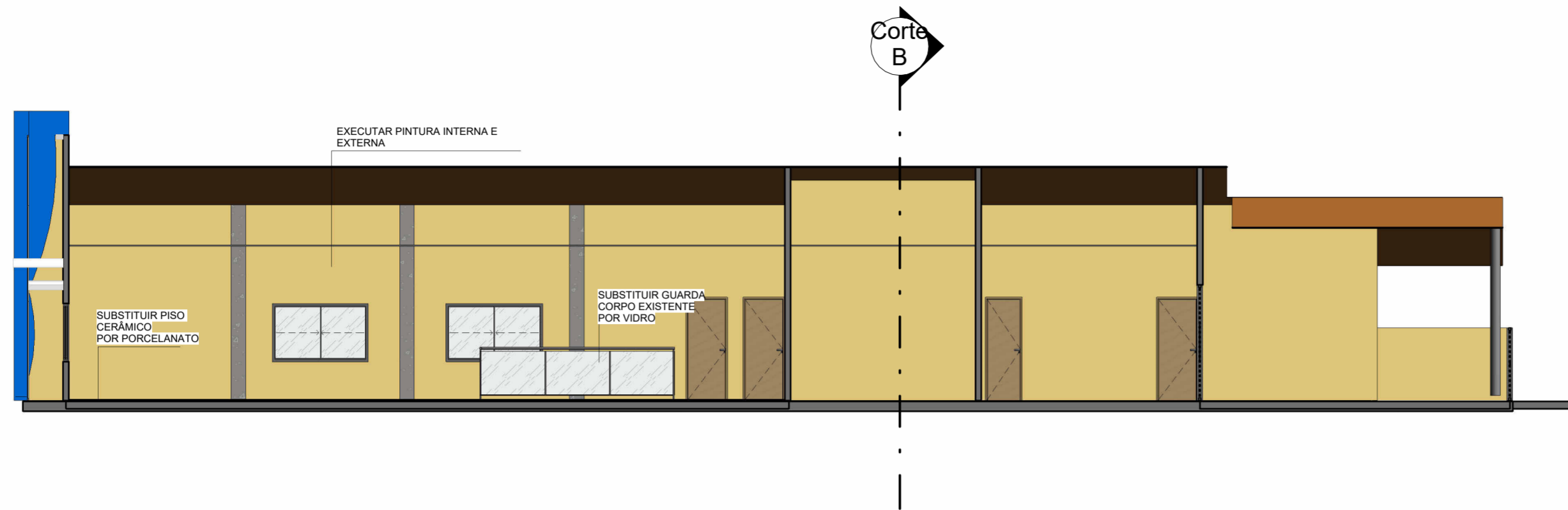
QUADRO DE PORTAS				
CÓD	QNTD	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
P1	3	0,70	2,10	
P2	1	3,80	2,40	
P3	4	0,70	2,00	
P4	1	3,80	1,50	
P4	1	2,00	2,10	
P5	12	0,80	2,10	

QUADRO DE JANELAS					
CÓD	QNTD	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	DESCRIÇÃO
J1	5	2,00	1,20	0,80	
J2	3	1,00	0,50	1,80	

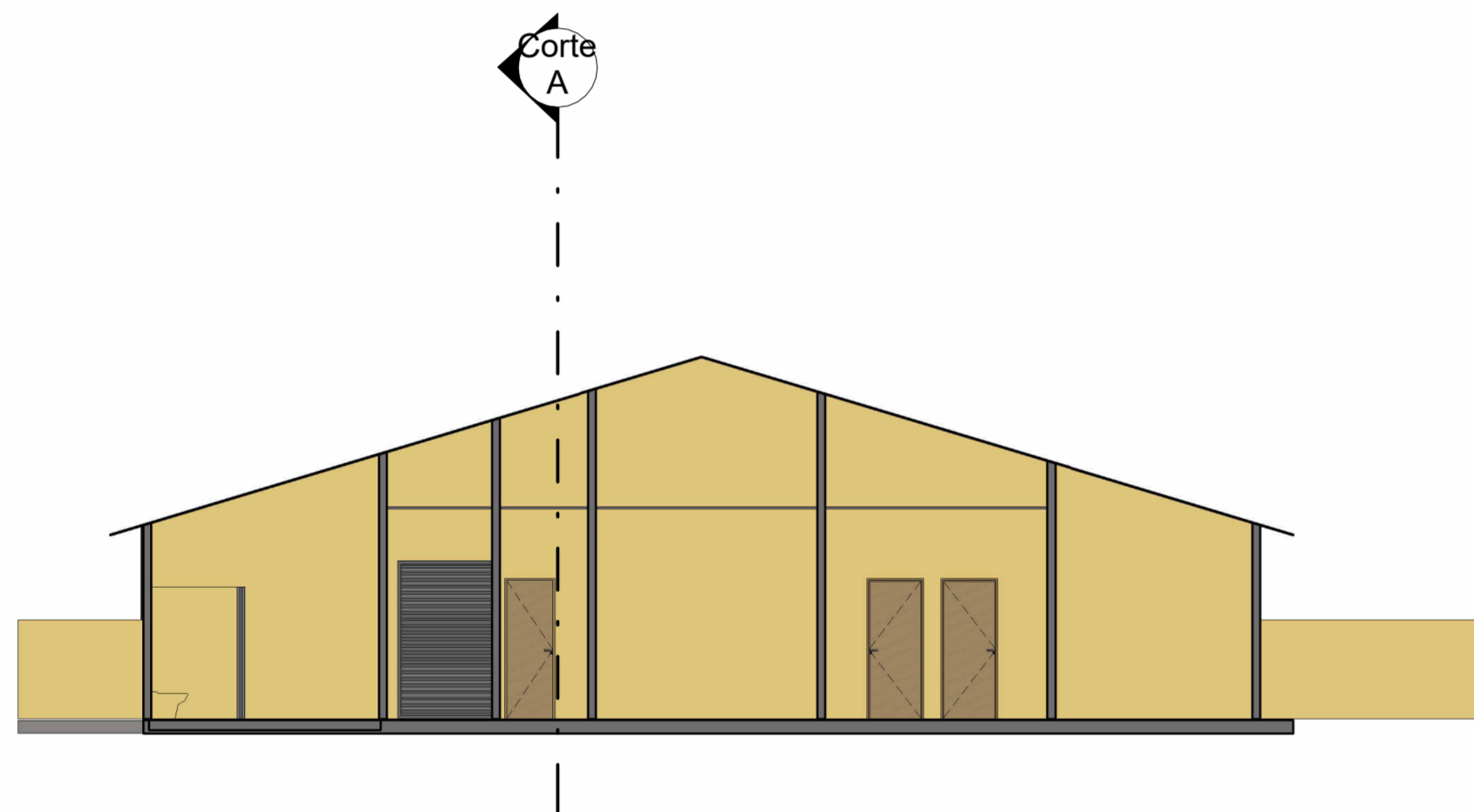
- SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:
- REMOÇÃO DE PISO CERÂMICO DO PLENÁRIO E INSTALAÇÃO DE PORCELANATO;
 - INSTALAÇÃO DE RODAPÉ;
 - EXECUÇÃO DE PINTURA INTERNA E EXTERNA;
 - SUBSTITUIÇÃO DO GUARDA CORPO EXISTENTE POR VIDRO;
 - INSTALAÇÃO DE PORTAS DE VIDRO;
 - INSTALAÇÃO DE SOLEIRAS DE GRANITO;
 - AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO RESERVADO AOS VEREADORES;
 - REVISÃO DOS PONTOS HIDROSSANITÁRIOS;
 - REVISÃO DOS PONTOS ELÉTRICOS (PONTOS DE LUZ E FORÇA).

1 PLANTA BAIXA - TÉRREO
Escala: 1 : 100

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS		PRANCHA: PLANTAS BAIXAS	NÚMERO DA FOLHA: P. 02/04
		ESCALA: 1 : 100	PROPRIETÁRIO:
		DATA: Junho/2021	ÁREA DO TERRENO : _____ 773,44 m ² ÁREA DO PAVIMENTO TÉRREO : _____ 377,72 m ²



1 Corte A
Escala: 1 : 100



2 Corte B
Escala: 1 : 100



3 PERSPECTIVA
Escala:

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

PRANCHA: CORTES

NÚMERO DA FOLHA:
P. 03/04

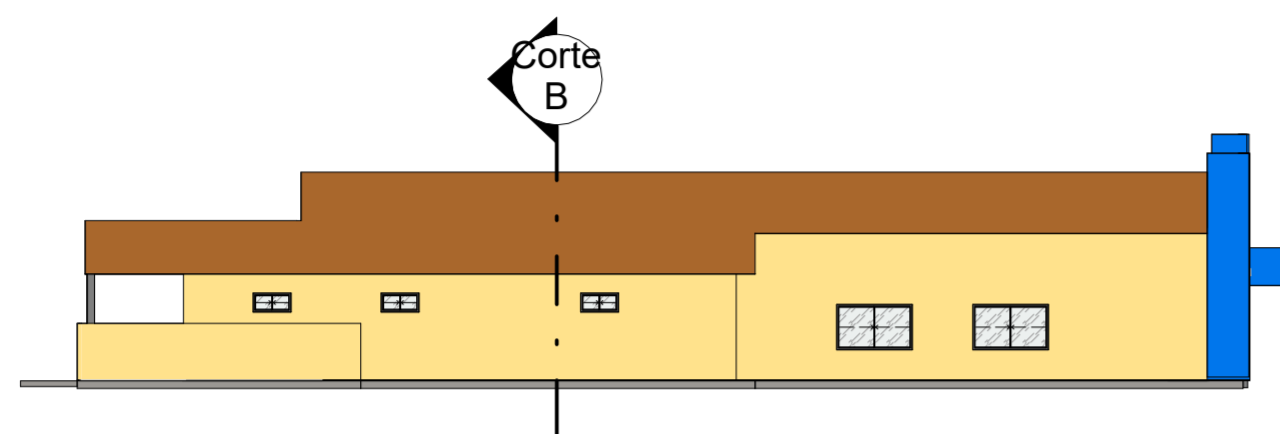


ESCALA:
1 : 100

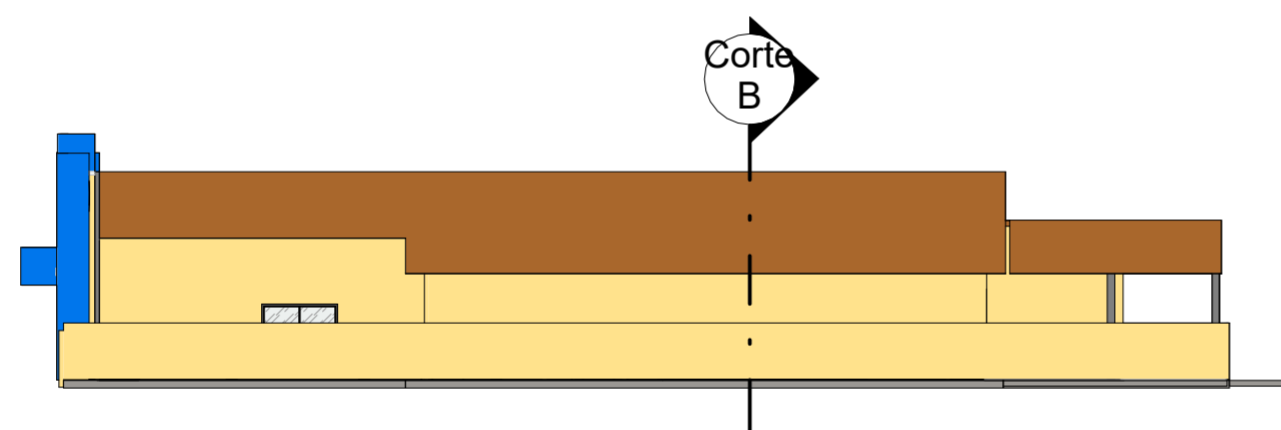
DATA:
Junho/2021

ÁREA DO TERRENO : _____ 773,44 m²
ÁREA DO PAVIMENTO TÉRREO : _____ 377,72 m²

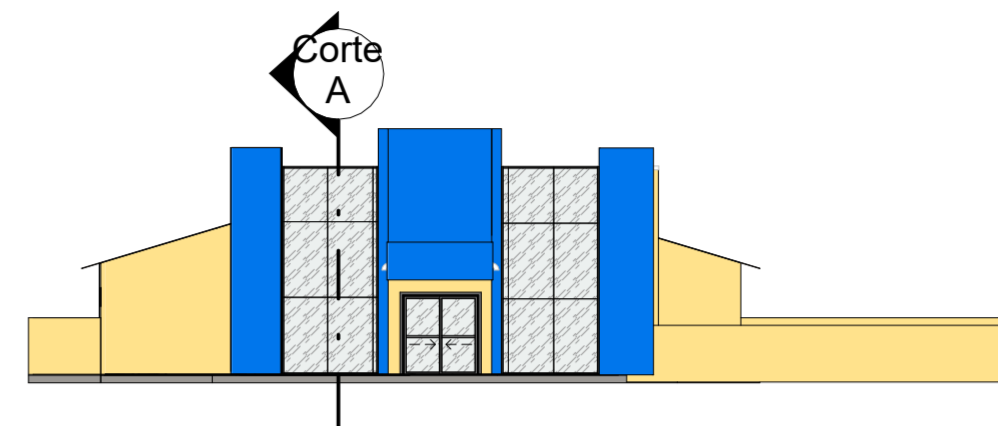
PROPRIETÁRIO:



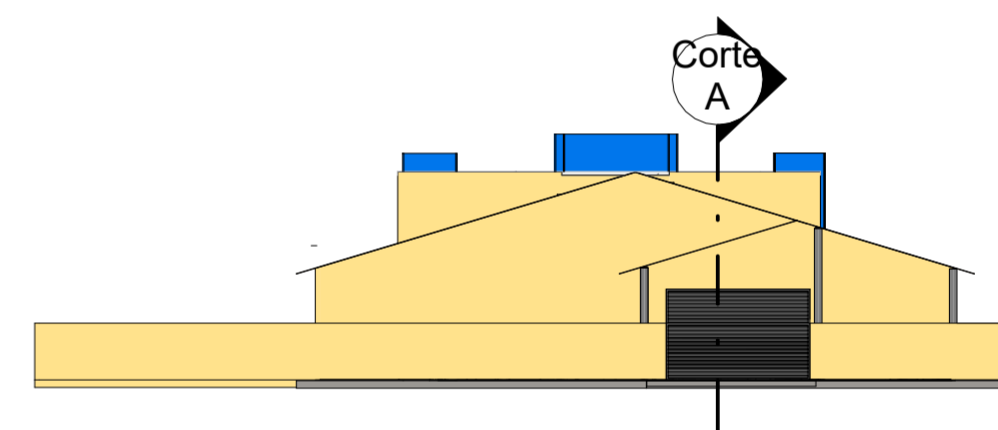
1 FACHADA LATERAL 01
Escala: 1 : 200



2 FACHADA LATERAL 02
Escala: 1 : 200



3 FACHADA FRONTAL
Escala: 1 : 200



4 FACHADA POSTERIOR
Escala: 1 : 200

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

PRANCHA: FACHADAS

NÚMERO DA FOLHA:

P. 04/04



ESCALA:
1 : 200

DATA:
Junho/2021

ÁREA DO TERRENO : _____ 773,44 m²
ÁREA DO PAVIMENTO TÉRREO : _____ 377,72 m²

PROPRIETÁRIO:



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

Obra

Bancos

B.D.I.

REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

SEDOP - 03/2021 - Pará

30%

Orçamento Sintético

ITEM	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SUBSTITUIÇÃO DE PISO					43.755,00	41,30 %
1.1	020235	SEDOP	Retirada de piso ceramico, inclusive camada regularizadora	m ²	150	4,71	6,12	918,00	0,87 %
1.2	020016	SEDOP	Demolição manual de alvenaria de tijolo	m ³	13,93	35,37	45,98	640,50	0,60 %
1.3	130759	SEDOP	Porcelanato (polido) - Padrão Alto	m ²	150	211,95	275,53	41.329,50	39,01 %
1.4	270633	SEDOP	Rejuntamento de revestimento/piso ceramico c/ cimento branco	m ²	150	4,45	5,78	867,00	0,82 %
2			PINTURA					29.205,00	27,57 %
2.1	150180	SEDOP	Acrilica fosca int. e ext. sem massa c/ selador -	m ²	1100	20,43	26,55	29.205,00	27,57 %
3			VIDRO					23.749,45	22,42 %
3.1	091513	SEDOP	Painel fixo em vidro temperado de 10mm	m ²	13,93	710,59	923,76	12.867,97	12,15 %
3.2	091376	SEDOP	Esquadria de alum.de correr c/ vidro e ferragens	m ²	12	541,14	703,48	8.441,76	7,97 %
3.3	091379	SEDOP	Porta em vidro temperado c/ ferragens -(sem mola)	m ²	3,36	558,55	726,11	2.439,72	2,30 %
4			GRANITO					3.441,11	3,25 %
4.1	120655	SEDOP	Rodape em granito e=2cm/h=8cm	M	53,52	38,09	49,51	2.649,77	2,50 %

4.2	120734	SEDOP	Soleira e peitoril - granito preto - e=2cm	m ²	1,2	507,27	659,45	791,34	0,75 %
5			REVISÃO REDE HIDROSSANITÁRIA					1.724,00	1,63 %
5.1	180844	SEDOP	Revisão de ponto de água	PT	5	130,22	169,28	846,40	0,80 %
5.2	180845	SEDOP	Revisão de ponto de esgoto	PT	5	135,02	175,52	877,60	0,83 %
6			REVISÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					4.060,65	3,83 %
6.1	170081	SEDOP	Ponto de luz / força (c/tubul., cx. e fiação) ate 200W	PT	15	208,24	270,71	4.060,65	3,83 %

Total sem BDI	R\$	81.498,20
Total do BDI	R\$	24.437,01
Total Geral	R\$	105.935,21



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ 04.855.318/0001-05

Obra
REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Bancos
SEDOP - 03/2021 - Pará

B.D.I.
30,0%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS
1	SUBSTITUIÇÃO DE PISO	100,00%	100,00%	
		43.755.00	43.755.00	
2	PINTURA	100,00%	30,00%	70,00%
		29.205.00	8.761.50	20.443.50
3	VIDRO	100,00%		100,00%
		23.749.45		23.749.45
4	GRANITO	100,00%		100,00%
		3.441.11		3.441.11
5	REVISÃO REDE HIDROSSANITÁRIA	100,00%		100,00%
		1.724.00		1.724.00
6	REVISÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	100,00%		100,00%
		4.060.65		4.060.65
Porcentagem			49,57%	50,43%
Custo			52.516,50	53.418,71
Porcentagem Acumulado			49,57%	100,0%
Custo Acumulado			52.516,50	105.935,21



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2021062801-CMS
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal, Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara que até a presente data inexistem fatos supervenientes ou impeditivos à sua habilitação junto à Câmara Municipal de Salinópolis – CMS, para participar de eventual certame licitatório. Outrossim, afirma estar ciente da obrigatoriedade de declarar possíveis ocorrências posteriores.

(Local), ____ de _____ 2021.

(nome do representante legal da empresa)



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2021062801-CMS
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal, Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não expõe menor de 18 (dezoito) anos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não expõe a qualquer tipo trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos.

(Local), ____ de _____ 2021.

(nome do representante legal da empresa)

Obs. Se a empresa mantém menor de 16 (dezesesseis) anos na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, deverá declará-lo expressamente.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2021062801-CMS
CARTA CONVITE Nº ____/2021-CMS
CONTRATO Nº _____-CMS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS,
ATRAVÉS DE SUA CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES E A EMPRESA**

_____.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Pública Interno, com inscrição no C.N.P.J. sob o nº 04.855.318/0001-05, por seu representante legal Presidente da Câmara Municipal a Sr. _____, doravante denominada de CONTRATANTE e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede e domicílio na Cidade de _____, Estado do Pará, sito _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, brasileiro, carteira de identidade n.º _____ e no CPF/MF sob o n.º _____. Doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolve celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com fundamento no Processo nº 2021062801-CMS, na modalidade CARTA CONVITE nº ____/2021-CMS, tipo menor preço global, em regime de empreitada, celebrar o presente contrato que se regerá pelos dispositivos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para reforma da Câmara Municipal de Salinópolis, conforme especificações do Projeto Básico constante nos auto do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações do Projeto Básico constantes no auto do processo de CARTA CONVITE nº ____/2021, não podendo ser alteradas sem o prévio e expreso consentimento da **CONTRATANTE**.

2.2. A **CONTRATADA** fica encarregada de montar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade, quanto à segurança de transeuntes, funcionários e bens de terceiros.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

2.3. Os serviços deverão ser iniciados a partir da data da expedição da Ordem de Serviço pela Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

3.1. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA os autos do processo de CARTA CONVITE nº ____/2021-CMS.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O preço total para a execução do objeto deste Contrato é de **R\$** _____ (_____).

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos para cobrir as despesas com a execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária. Exercício 2021:

ÓRGÃO	01 – Câmara Municipal de Salinópolis
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	0101– Câmara Municipal de Salinópolis
PROGRAMA	01 031 0001 1.001-Construção, Reforma e Ampliação da Câmara Municipal
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00-Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar a CONTRATANTE os serviços objeto deste Contrato, inteiramente concluídos e em plenas condições de aceitação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 57, § 1º inciso I ao VI da Lei nº 8.666/93.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se em ____ de _____ e termina em ____ de ____ de _____, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- Fornecer todas as informações solicitadas pela CONTRATADA, visando o bom desenvolvimento dos serviços;
- Supervisionar através de visitas periódicas ao local dos serviços realizados, por servidor designado pela CÂMARA MUNICIPAL, lançando em boletins as eventuais correções ou alterações a serem feitas pela empresa contratada;
- Remunerar a CONTRATADA de acordo com o que estabelece o Edital de Licitação;



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

d) Comunicar por escrito e em tempo hábil à CONTRATADA, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados com este Contrato.

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA deverá prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela CÂMARA MUNICIPAL, obrigando-se especialmente a cumprir as obrigações estabelecidas neste Contrato;
- b) A CONTRATADA deverá possuir todas as condições técnico-operacionais, principalmente máquinas de qualidade e mão-de-obra qualificada para realizar os serviços requeridos;
- c) Todos os relatórios deverão ser apresentados em boa qualidade, ou seja, legíveis, limpos, sem riscos e sem manchas devendo, caso não atinjam estas características mínimas de qualidade, ser refeitos, sem ônus para CONTRATANTE;
- d) Cumprir rigorosamente todas as exigências contidas neste contrato
- e) Fornecer todo o ferramental necessário a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como as rotinas para a execução dos serviços e entrega do material solicitado em conformidade com as solicitações que o caso requer.
- f) Fornecer, na data da assinatura do Contrato, números de telefones ou outras formas de contato (e-mail) para realização dos chamados;
- g) Elaborar Relatório mensal dos serviços realizados a ser assinado também pelo fiscal do Contrato;
- h) A CONTRATADA deverá indicar, na data da assinatura do contrato, o (s) nome (s) do (s) funcionário (s) responsável (is) pela entrega dos documentos na CÂMARA MUNICIPAL, devendo o (s) mesmo (s) sempre portar (em) documento de identificação;
- i) Executar todos os serviços com esmero e correção, refazendo tudo que for impugnado pela CÂMARA MUNICIPAL;
- j) Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, de licenças concernentes ao contrato, de seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e/ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou ser causados por seus profissionais à CONTRATANTE, aos usuários dos locais a terceiros;
- k) Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;
- l) Comunicar por escrito, imediatamente à Fiscalização do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- m) Fornecer todo o material necessário à eficiente execução da prestação em foco.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato será feita pelo servidor a ser designado pela CÂMARA MUNICIPAL, a quem incumbirá acompanhar toda a execução dos serviços, determinado à CONTRATADA as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

9.2. A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela CÂMARA MUNICIPAL:

- a) Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

9.3. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos da CÂMARA MUNICIPAL, contar com a total colaboração da CONTRATADA.

9.4. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para a CONTRATANTE.

9.5. Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensas as penalidades cabíveis;

9.6. O Técnico da CÂMARA MUNICIPAL terá acesso a todos os locais onde os serviços se realizarem e plenos poderes para praticar atos, nos limites do presente CONTRATO, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito da CÂMARA MUNICIPAL, tais como:

- a) Recusar serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições preestabelecidas neste CONTRATO, ou com as informações ou a documentação técnicas fornecidas pela CÂMARA MUNICIPAL;
- b) Aprovar a alocação, a deslocação e a substituição de pessoal promovida pela CONTRATADA;
- c) Solicitar, por escrito, a substituição de funcionário cuja permanência na equipe seja considerada inconveniente;
- d) Sustar o pagamento de quaisquer faturas da CONTRATADA, no caso de inobservância às exigências da CÂMARA MUNICIPAL, amparada nas disposições contidas neste CONTRATO, até a regularização da situação. Tal procedimento será comunicado por escrito à CONTRATADA, sem perda do direito de aplicação das demais sanções previstas neste Contrato;
- e) Os pagamentos sustados serão efetuados tão logo sejam atendidas pela CONTRATADA as exigências da CÂMARA MUNICIPAL;



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

f) Instruir a CONTRATADA quanto à propriedade dos serviços a serem executados.

9.7. A CONTRATADA declara aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo técnico da CÂMARA MUNICIPAL;

9.8. A fiscalização deverá:

a) Atestar a (s) nota (s) fiscal (is) e dar visto nos demais documentos apresentados pela CONTRATADA, principalmente no Relatório Mensal dos Serviços Realizados por ela apresentado, em todos apondo o “de acordo”, quando julgá-los corretos;

b) Emitir, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, Relatório Mensal de Acompanhamento, informado a qualidade do desempenho da CONTRATADA (satisfatório/insatisfatório), ao qual deverá ser anexado o Relatório Mensal dos Serviços Realizados.

c) Propor aplicação de penalidades, de acordo com disposto no Contrato, sob pena de responsabilidade, quando for constatada qualquer irregularidade (descumprimento de obrigação contratual).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. A Câmara Municipal de Colares efetuará o pagamento à contratada mediante apresentação dos boletins de medições que deverão ser atestados e aprovados pela fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL.

10.2. O pagamento através de Transferência Bancária entre contas só poderá ser liberado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Recibo relativo aos serviços efetivamente executados, que deverão vir acompanhados dos relatórios de fiscalização contendo as informações sobre a qualidade do desempenho da contratada (satisfatório/insatisfatório), aos quais deverá ser anexado o Relatório de medição dos Serviços Realizados na Obra, em cumprimento as exigências do Setor Financeiro.

10.3. O pagamento será efetuado mediante comprovações de quitação de encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, devendo as certidões apresentadas, estarem devidamente atualizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

11.1. Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pela CONTRATANTE;

b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades;

c) Houver serviços complementares, obedecidos aos dispositivos regulamentares;

d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio do (s) serviço (s), que estejam sob responsabilidade expressa da CONTRATANTE;

e) Ocorrer ato ou atos da CONTRATANTE que interfiram na execução contratual;



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

f) Ocorrer ato ou atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados;

11.2. Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos no projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos integrantes da licitação, a CONTRATANTE reserva-se no direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias, e/ou pagamento direto a CONTRATANTE, inclusive será declarada inidônea, podendo ficar impedida de firmar Contrato com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A CONTRATADA é única e exclusivamente responsável perante a CONTRATANTE, pela execução dos serviços constantes do objeto deste contrato e pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

13.1. Por determinação da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado.

13.2. Se no Contrato não houver sido contemplado preço unitário para os serviços a serem acrescidos, esse serão fixado mediante acordo entre as partes, respeitado os limites estabelecidos no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1. À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pela CONTRATANTE, admitida à defesa prévia, a serem apuradas na forma, a saber:

a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão dos serviços) ou quando houver atraso no cronograma;

b) Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução do(s) serviço(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual quando ocorrer à rescisão do Contrato;

e) Suspensão do direito de participar em licitações/contratos com qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, ou expedição de declaração de inidoneidade



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA.

14.2. A multa será cobrada pela CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas ou será descontada do valor da garantia de execução.

14.3. As penalidades previstas no caput poderão cumular-se e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

15.1. Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher ao Financeiro da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

15.2. Compete a CONTRATANTE, quando for o caso, por proposta da fiscalização, a aplicação de penalidades, tendo em vista a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir, o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa prévia, nos seguintes casos:

- a) Inadimplemento de qualquer cláusula, condição ou disposição deste CONTRATO;
- b) Falência, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerida e homologada;
- c) Suspensão, pela autoridade competente, dos serviços contratados, em decorrência de violação de dispositivos legais vigentes;
- d) Quando as multas aplicadas atingirem 5% (cinco por cento) do valor total estimado do CONTRATO, atualizado para a data de aplicação da última multa,
- e) Incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da CONTRATADA, devidamente comprovada;
- f) Ocorrendo rescisão por motivo imputável à CONTRATADA, a CMS executará as garantias previstas neste instrumento e ficará automaticamente imitada na posse da documentação ainda não entregue, reservando-se o direito de concluir os serviços, por acaso restantes, pelos meios que julgar mais conveniente. Nessa hipótese, a CONTRATADA será reembolsada pelos serviços já realizados e aceitos pela CMS, bem como, quando for o caso, pelos materiais fornecidos até a data da rescisão.

16.2. O presente CONTRATO poderá a qualquer tempo ser rescindido pela CMS, mediante comunicação, por escrito, à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

17.1. Serão incorporados a este Contrato, mediante termos aditivos ou apostilamento, conforme o caso, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, nos prazos ou nos valores para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A CONTRATADA, ao assinar o presente Contrato, declara ter tomado pleno conhecimento do Projeto Básico e demais documentos necessários à execução do serviço e realizado investigações a seu exclusivo critério para o conhecimento das condições de execução dos trabalhos e que poderão inferir nos seus prazos e custos, não sendo a CMS responsável por qualquer falha decorrente dessas investigações.

18.2. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a CONTRATADA arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

18.3. A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o Termo Judiciário do município de Salinópolis, com exclusão de qualquer outro, para a solução das demandas oriundas deste instrumento.

E por estarem justos e acordados, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Salinópolis/PA, _____ de _____ de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ Nº 04.855.318/0001-05
CONTRATANTE

CNPJ Nº _____

CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
CPF: _____ CPF: _____